REAJUSTE ZERO É DESRESPEITO
página 2

PROPOSTA DE TRABALHO DA DIRETORIA DA APUBH
página 2

CARTA DE SANTA MARIA
página 3

BALANCETE DA APUBH 2º SEMESTRE DE 95
páginas 4 e 5

A REFORMA DA IMPREVIDÊNCIA
página 6

COMO ANDAM AS AÇÕES
página 7

Diretoria da APUBH - Gestão 95/97
Presidente
Maria Dirlene Trindade Marques
1º Vice-presidente
Vera Lúcia Casanova
2º Vice-presidente
Luiz Humberto Pinheiro
1º Secretário
Danusa Dias Soares
2º Secretário
Rosemary Dore Soares
1º Tesoureiro
José Antônio Armanelli
2º Tesoureiro
João Maurício Lima Figueiredo Mota
1º Suplente
Vera Lúcia Tomaz Fróes
2º Suplente
Vera Lúcia Fernandes
Diagramação e Arte
Paulo Fatal
Jornalista Responsável
Rejane Santos MTB/DF 1376

APUBH - Rua Arthur Itabirano, 70
Bairro São José - Pampulha
CEP: 31275-020 - BH - MG - Tel: 441-7211
Endereços eletrônicos:
apubh@oraculo.lcc.ufmg.br
STM400(RENPAC): 25530

b o l e t i m

apubh

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG

SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN-MARÇO DE 1996

EDITORIAL

Os rumos que vêm tomando a Educação pública brasileira têm preocupado a todos aqueles que, direta ou indiretamente, a ela estão ligados. Na atual conjuntura, a situação tornou-se ainda mais grave. As medidas econômicas e políticas adotadas pelo governo têm apontado para resultados extremamente desastrosos:

• As propostas de Reforma da Previdência, ameaçando direitos adquiridos pelos professores e elevando o número de pedidos de aposentadoria, têm provocado o esvaziamento da universidade.

• Além dos baixos salários, o governo, neste momento, tem-se pronunciado contra nosso direito de reajuste e de nossa data-base. Segundo o MARE, no ano passado, tivemos ganhos reais de 18%!!!

• A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ora aprovada pelo Senado, altera substancialmente a estrutura da Universidade brasileira, contribuindo para deteriorar as condições de trabalho e de ensino.

• Outro aspecto da política governamental é o de legislar através de medidas provisórias, alterando inclusive os processos democráticos de decisão, no âmbito das IFES.

Tais diretrizes políticas interferem na dinâmica interna da Universidade, afetando todos os segmentos que a compõem e trazendo sérios prejuízos para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Tendo em vista a gravidade da situação, achamos que só através de um trabalho conjunto, envolvendo as direções, os professores, os funcionários e os estudantes, conseguiremos encontrar respostas para enfrentar os desafios atuais.

HOMENAGEM AO COMPANHEIRO E AMIGO, PROF. LUÍS POMPEU DE CAMPOS

AO AMIGO POMPEU

Amigo,
te vejo pela última vez
sob essa forma
nesse tempo
nessa presença
hoje, tornada ausência.
No cristal espelhado do tempo
de nossa amizade
ficaram nossos momentos tão bem curtidos.

Amigo,
você vai fazer falta.
No abraço desnorteante
do irmão
no aperto do corpo
no beijo estrelado
do mais que amigo cotidiano.
Na cerveja nossa de cada dia
no umbigo de banana
tão bem temperado
quanto São João del Rey.
nos papos beirando o mar da filosofia.

Vai, amigo, mas
fica em nossa, memória,
pois dela vivemos,
e com ela e através dela,
nos encontraremos em algum lugar
no cristal da eternidade.

Vera Lúcia Casanova
fev/96

REAJUSTE ZERO É DESRESPEITO

Os funcionários públicos federais têm sua data-base (por lei e pela prática) em janeiro. Este ano ela foi arbitrariamente desrespeitada O governo inicialmente, alegava não ter recursos. Posteriormente, argumentam que funcionário público não tem data-base e que daria o reajuste quando tivesse recursos e que os funcionários públicos federais tiveram um ganho de 18% em 1995. Diante disto, reajuste de 0%!

Desrespeito? Arrogância? Só sabemos que nossos salários estão congelados há exatamente 4 meses e com uma taxa de inflação de 24,16% de acordo com o índice do governo e de 46,19% pelo índice do DIEESE. E sabemos que os preços que mais elevaram foi o custo dos serviços, portanto o que mais afeta a nós, setores médios. E sabemos o quanto diminuiu o nosso poder de compra. Mas não é só isto. Há toda uma campanha de desmoralização do funcionalismo público e de desestruturação das instituições que tem afetado intensamente a UFMG, como:

• a reforma da previdência com todo o clima de insegurança que traz quanto ao futuro;

• uma LDB aprovada passando por cima de um amplo processo de discussão com a sociedade civil;

• edição de MP para regulamentar a dinâmica interna da universidade, etc., etc.

Diante disto, só nos resta a nossa mobilização.

Cronograma de Mobilização

Dias 05/03 a 08/03	a) Caravana a Brasília com manifestação por ocasião do processo de votação da Reforma da Previdência. Os docentes aposentados já receberam convocação para dirigirem-se à Brasília neste período. B) Realização de reuniões nos Estados com entidades locais e representação dos servidores estaduais e municipais para avaliar a paralisação e preparar a Plenária do dia 17.
Dias 13 e 14/03	Paralisação de 48 horas
Dia 15/03 – 18:00h	Reunião Ampliada da CNESF com participação de entidades locais e representação dos servidores estaduais e municipais para avaliar a paralisação e preparar a Plenária do dia 17.
Dias 15 e 16/03	Reservado para realização de reuniões das categorias dos SPF.
Dia 17/03	Plenária Nacional dos SPF's - preparo para deflagração da greve

PROPOSTA DE TRABALHO DA DIRETORIA DA APUBH

A Atual Diretoria da APUBH assumiu a gestão da entidade num momento crítico, quando se acentua a posição do governo em não dialogar com os dirigentes sindicais. Logo no início de suas atividades, defrontou-se com a medida provisória editada em 24/11/95, cortando o abono pecuniário que já tinha sido requerido pelos docentes. Imediatamente, a ANDES-SN tomou a iniciativa de impetrar um mandado de segurança contra tal medida, que foi deferido favoravelmente. Em seguida, contudo, o governo cassou a liminar concedida à ANDES-SN. Esta voltou a questionar a atitude do governo, obtendo novamente ganho de causa. No dia 20 de janeiro o MEC autoriza a abertura da rubrica para este fim sendo que já foram feitos todos os procedimentos junto à UFMG para que o abono pecuniário seja pago no salário de fevereiro.

Para oferecer maiores esclarecimentos aos professores sobre esses problemas, a APUBH publicou comunicados nos jornais, convocou assembléia e acompanhou todos os procedimentos adotados pela Reitoria no final do ano passado e no começo deste.

No momento, nossa atenção está voltada principalmente para a Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a questão da data base para o reajuste salarial dos professores.

A nova diretoria da APUBH está consciente das dificuldades e dos desafios que tem pela frente. Sabe que as mudanças nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais têm afetado grande parte da sociedade, especialmente o movimento sindical. Entende que nós, professores universitários, muito além da luta sindical, temos a responsabilidade de refletir e elaborar respostas para enfrentar os muitos e diversificados problemas que se apresentam para a sociedade brasileira, particularmente aqueles que atingem a comunidade universitária.

Neste sentido, conclamamos nossos colegas a participar das discussões nas Unidades da UFMG e nas assembléias da APUBH.

Nossa proposta básica de trabalho, explicitada em nossa carta programa, concentra-se em cinco indicações:

1. Buscar maior integração da APUBH com seus associados, através do Conselho de Representantes das Unidades, com o objetivo de dinamizar os canais de interlocução entre nossa entidade e os professores da UFMG, fortalecendo as organizações locais.

2. Promover debates sobre temas que sejam do interesse da comunidade universitária e da sociedade como um todo.

3. Dar continuidade ao trabalho que a APUBH vem desenvolvendo junto ao movi-mento docente nacional, representado pela ANDES-SN e outras entidades de classe.

4. Ajuizar ações jurídicas de interesse da nossa categoria.

5. Promover maior intercâmbio entre a APUBH e o SINDIFES, a UNE e o DCE.

CARTA DE SANTA MARIA

O XV Congresso da ANDES-SN reunido em Santa Maria, de 01 a 06 de fevereiro, trabalhou fundamentalmente as graves questões da conjuntura nacional. Essa conjuntura deve ser vista, pelos trabalhadores, como um brutal desafio. Cabe ao movimento sindical avaliá-la e encará-la de frente na perspectiva de transformá-la.

Os docentes das Instituições de Ensino Superior examinaram os processos pelos quais se processam as transformações vividas no mundo o trabalho e as conseqüências que se colocam para a educação nacional. Essas modificações se encaminham para uma redefinição nos campos econômico-político-social. Afirmam-se as propostas neoliberais e implementam uma reestruturação produtiva que ao invés de abrir perspectiva novas para a sociedade, indicam um aprofundamento da deterioração das condições de vida da maioria população negando assim, toda e qualquer possibilidade de emancipação humana. O XV Congresso atuou sobre esta realidade adversa procurando apontar para uma forma diferenciada de cidadania.

No atual momento se assiste o crescente aprofundamento da desnacionalização das atividades econômicas e a permanente construção de um modelo excludente social e politicamente. Amplia-se o fosso entre as classes sociais. Vive-se um permanente processo de concentração de renda ao lado da pauperização do conjunto da sociedade. As Instituições nacionais são subvertidas. O Executivo domina amplamente tanto o Legislativo quanto o judiciário. As medidas provisórias substituem o processo legislativo e se impõem à dócil maioria parlamentar, última versão do famoso "centrão" . As oposições vem perdendo sua identidade e não conseguem constituir-se em alternativa de governo.

No campo sindical constata-se com apreensão o processo pelo qual a CUT e as demais Centrais acabaram por aceitar acordos sobre a previdência e a partir da crescente cristalização da idéia de uma modernidade sem conflitos. O governo FHC buscou atrair a CUT para uma visão de previdência que põe termo a um conjunto de direitos sociais duramente conquistados, tentando pela enésima vez passar seu projeto sem ceder em ponto algum. Buscou, assim, com a CUT, e através dela, estar legitimado para sua proposta. A ANDES-SN elaborou então, em conjunto com vários sindicatos, uma carta a direção nacional da CUT, aprovada pelo Congresso por unanimidade. Colocamo-nos contra a negociação feita pelas centrais por representar, se implementada, um profundo retrocesso nos direitos históricos da classe trabalhadora brasileira.

O XV Congresso trabalhou também a perspectiva de traduzir em políticas sociais concretas as necessidades do conjunto da população examinando a grave crise agrária que afeta a vida nacional, aí compreendida a questão dos sem terra. A questão agrária é explosiva e nega por sí só, o direito dos trabalhadores rurais a cidadania e mesmo a sobrevivência para além da miséria. Nosso Congresso se posicionou contra a violência no campo, as prisões arbitrárias dos dirigentes dos Sem Terra e a brutal intervenção da Polícia Militar gaúcha sobre os pequenos agricultores golpeados pela seca. Decidiu-se pela ampliação da nossa participação no Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo.

Examinou-se a necessidade de pensar uma política de ciência e tecnologia, adequada ao conjunto da sociedade discutindo-se todo o processo da lei de patentes, considerando-se não ser possível que os interesses dos grandes grupos internacionais predominem sobre as necessidades da nossa sociedade; deliberou-se consolidar o Fórum Nacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento e lutar pela ampliação do financiamento público para as instituições públicas de ensino e pesquisa.

O XV Congresso aprovou uma atualização da nossa proposta para a Universidade entendida como poderoso instrumento para o embate de projetos na educação no sentido de construção de uma educação emancipatória. Destacaram-se aí não apenas as questões relativas à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, bem como as referentes à capacitação docente e a carreira. Reafirmamos a necessidade do financiamento público da Universidade, o seu processo de autonomia e democratização, trabalhar pela realização do I Congresso Nacional da Educação. Reafirmou-se a necessidade de lutar contra a aprovação dos projetos do governo FHC para a educação dado o seu conteúdo claramente vinculador ao processo de neoliberalização da sociedade nacional e por fim mas não menos importante, continuar a atuar na Campanha Nacional em Defesa da Educação.

Para além disso, os docentes afirmaram seu plano de lutas centrado na estratégia de reforçar nossa aliança com o conjunto dos trabalhadores na Defesa do Direito ao Trabalho e a garantia do Emprego e contra o programa neoliberal de FHC, questão central na conjuntura. Decidimos aprofundar a valorização dos serviços públicos, lutando contra o seu desmonte, atuando nesse sentido em conjunto com os servidores públicos (federais, estaduais e municipais) e trabalhadores em estatais. A defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade centralizada na autonomia, democracia e financiamento e da educação gratuita em todos os níveis permanece como um dos nossos eixos centrais de luta. O XV Congresso colocou-se fortemente, em defesa da liberdade de organização sindical e contra toda e qualquer política de pacto social (qualquer que seja o nome que venha a ser adotado). Reafirmou-se, assim a solidariedade e a união dos trabalhadores e contra toda e qualquer tentativa de destruição dos direitos sociais.

Por fim, mas não menos importante, o XV Congresso registrou a inscrição de três chapas para concorrer à direção do Sindicato na gestão 95-96, fato inédito na nossa história. Exatamente no momento em que o processo de dessindicalização e apontado como prova de uma crise terminal, este fato demonstra efetivamente nossa vitalidade. Constróem-se condições para que os sindicalizados optem por este ou aquele programa diferenciado que disputam as preferências conscientes dos nossos sindicalizados. Isto é um poderoso chamamento para o debate das teses e dos problemas vividos pela nossas categoria e pela nossa sociedade.

ELEIÇÕES NA ANDES-SN

Três chapas se inscreveram para concorrer ao pleito destinado a eleger a nova diretoria da ANDES-SN.

Esta é a grande novidade deste ano pois desde 1986 só temos chapa única. Este processo pode ser extremamente saudável rumo a um arejamento nas discussões políticas de nosso sindicato.

Estas são as 3 chapas inscritas:

1. ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Candidatos: Maria Cristina de Morais - Presidenta
Márcio Antônio de Oliveira - Secretário geral
Solange Bretas - 1ª Tesoureira

2. ANDES PARA TODOS

Candidatos: Maria Luiza Fontenele - Presidenta
Elias Nunes Dourado - Secretário geral
Iêda Leite Fontes - 1ª Tesoureira

3. EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Candidatos: Renato de Oliveira - Presidente
Emmanuel José Appel - Secretário geral
Aníbal Sanches Moura - 1º Tesoureiro

Pelo regimento eleitoral da ANDES, votado no Congresso, as chapas têm o prazo de 30 dias, portanto até dia 07 de março, para o preenchimento do restante dos cargos.

APUBH - BALANCETE - 2º SEMESTRE DE 1995

		JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RECEITAS	101 - MENSALIDADE SOCIAL	49.245,21	48.710,35	48.652,43	48.704,05	47.385,92	48.213,15
PESSOAL E ENCARGOS	301 - SALÁRIOS E ORDENADOS	-3.868,54	-2.773,59	-2.758,39	-9.474,95	-2.835,04	-1.704,58
	302 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO					-240,00	-1.157,00
	304 - HORAS EXTRAS		-11,00	-137,20	-31,74	-73,68	-91,85
	305 - INSS	-1.114,97	-1.068,16	-1.006,11	-1.034,82	-1.180,41	-1.352,25
	306 - FGTS	-298,45	-266,90	-268,14	-277,88	-176,21	-181,86
	307 - PIS	-106,94					-58,68
	308 - TAXAS E TRIBUTOS	-14,00	-92,01	-103,10	-443,99	-10,00	-8,00
	309 - VALE TRANSPORTE	-165,90	-149,50	-174,40	-183,08	-136,80	-136,80
	310 - VALE REFEIÇÃO	-701,19	-634,41	-572,40	-595,35	-471,60	-471,60
	311 - AUXÍLIO EDUCAÇÃO				-320,00		
	312 - GRATIFICAÇÕES	-147,41	-147,41	-147,41	-91,57	-91,57	-97,57
SERVIÇOS DE TERCEIROS	351 - HONORÁRIOS PROFISSIONAIS	-2.513,24	-2.920,83	-2.765,64	-2.620,02	-2.843,40	-2.974,11
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E ENTIDADES	401 - ANDES-SN	-11.021,19	-10.432,45	-10.119,71	-12.331,87	-10.346,00	-10.518,06
	402 - OUTRAS ENTIDADES	-80,00	-1.580,00	-1.340,00	-62,50	-192,50	-1.750,00
	403 - CONVÊNIO - SEGURO DE VIDA	-1.457,40	-1.818,89	4.637,45	3.237,57	-2.774,09	8.874,00
	404 - OUTROS CONVÊNIOS	-352,77	274,05	-57,68	-28,84	-28,84	-28,84
REPRESENTAÇÃO	451 - PASSAGENS	-4.695,14	-4.736,69	-6.559,59	-5.306,21	-4.261,79	-8.514,09
	452 - DIÁRIAS	-2.390,00	-10.556,20	-8.685,10	-5.560,00	-5.989,50	-5.096,50
	453 - HOSPEDAGENS	-550,00		-744,10	-1.916,38	-1.358,24	-3.371,56
REPRESENTAÇÃO	454 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS		-1.267,16	-962,42			-3.106,00
COMUNICAÇÃO	501 - TELEFONE	-389,41	-440,07	-584,06	-567,73	-463,24	-620,28
	503 - DADOS	-14,43	-13,60	-109,14	-68,58		-66,00
	504 - POSTAL	-123,75	-564,08	-66,26	-262,60	-779,77	-446,55
PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS GRÁFICOS	551 - CÓPIAS FOTOSTÁTICAS			-0,80		50,80	-0,14
	552 - SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO	-600,00	-385,00	-1.380,00	-1.500,00	-1.050,00	-1.250,00
	553 - SERVIÇOS GRÁFICOS	-3.870,00	-5.170,00		-2.062,00	-4.406,00	-3.632,00
	554 - FAIXAS E CARTAZES				-410,00	-405,40	-440,00
DESPESAS GERAIS	601 - ENERGIA ELÉTRICA	-238,90	-114,50	-120,49	-142,87	-121,22	-171,84
	602 - ÁGUA	-20,52	-16,20	-22,72	-28,92	-22,72	-22,72
	605 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO			-1,60			
	607 - TRANSPORTES E FRETES	-22,45	-111,91	-105,00	-121,17	-422,38	-252,85
	608 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			-135,68			
	609 - LANCHES E REFEIÇÕES	-43,27	-184,72	-132,68	-135,36	-271,61	-61,55
	610 - MANUTENÇÃO E REPARO DE BENS		-250,00		-162,34		-150,36
	612 - OUTRAS DESPESAS	-71,54	-54,64	-237,86		-220,50	-319,25
MATERIAL DE CONSUMO	651 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	-71,20		-529,05	-86,80	-367,05	-295,93
	653 - MANTIMENTOS E SIMILARES	-531,82	-109,61	-445,27	-182,55	-20,00	-464,83
	654 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA		-887,00	-38,97	-1.208,50	-1.838,48	-300,00
	656 - OUTROS MATERIAIS		-40,90	-98,65			-37,00
MATERIAL PERMANENTE	701 - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	-1.200,35	-2.596,30	-13.715,59	-347,00	-4.273,50	-663,00
LIVROS, REVISTAS E JORNAIS	801 - ASSINATURAS	-84,00	-24,00	-512,53	-112,40	-400,02	-443,70
	802 - COMPRAS		-79,33	-90,00	-187,90	-446,40	-34,50
DIVERSOS	902 - PROGRAMAS E PROJETOS	-3.057,85	-2.029,52	-5.906,50	-6.446,95	-9.125,39	-9.255,32
	903 - AÇÕES JUDICIAIS E LEGAIS	-111,76	-300,00	-26,48	-37,27	-403,10	-28,62
	905 - OUTROS		-330,00		-1.805,00		-1.262,00
	SALDO TOTAL :	**9.316,82**	**-3.172,18**	**-7.370,84**	**-4.213,52**	**-10.609,73**	**-3.750,64**
	RENDIMENTO BANCÁRIO:	**28.295,71**	**19.270,84**	**9.035,36**	**39.946,14**	**22.123,14**	**12.219,09**
	SALDO MÊS ANTERIOR:	**738.054,02**	**775.666,55**	**791.765,21**	**793.429,73**	**829.162,35**	**840.675,76**
	TOTAL DISPONÍVEL:	**775.666,55**	**791.765,21**	**793.429,73**	**829.162,35**	**840.675,76**	**849.144,21**

A REFORMA DA IMPREVIDÊNCIA

O Parecer do Deputado Euler Ribeiro sobre a Proposta de emenda constitucional da Previdência começa a ser votado na Câmara Federal no dia 6 de março. Este Parecer é inaceitável pelos seguintes pontos:

1. Retira da Constituição direitos e garantias coletivos e individuais.

2. Remete para legislação complementar e legislação ordinária matérias sobre as quais é fundamental a estabilidade das regras (horizontes de 30 a 35 anos).

3. Invade a Seguridade Social como um todo, não se restringindo à Previdência, mas abrangendo também a Assistência Social e a Saúde.

4. Elimina o princípio da diversidade de fontes de financiamento para toda a Seguridade Social, dedicando 100% da Receita sobre a Folha de Salários para a Previdência. Tal contribuição teve suas alíquotas majoradas e suas regras definidas para cobrir Benefícios Previdenciários e de Assistência Médica.

5. Por outro lado a curtíssimo prazo somente esta Fonte não será suficiente para cobrir os dispêndios previdenciários, sobretudo se a evasão e a elisão fiscais não forem contidas. Sem recuperar o passivo desta Fonte da Seguridade Social, majoritariamente do setor público, não se viabilizará o financiamento da Previdência, da Assistência e da saúde.

6. Onde residiria a virtude da Emenda, introdução de correções técnicas no artigo 195, do financiamento, o que se destaca é: Lei Ordinária para isentar e Lei Complementar para cobrar. Além disto abre o caminho para cobrança dos aposentados e pensionistas (segurados).

7. Trata desigualmente civis e militares abrindo real possibilidade de desvincular reajustes de ativos e inativos, tanto de civis quanto militares em futuro próximo.

8. Destrói o conceito de Sistema Único de Saúde ao admitir sistemas públicos especiais de saúde.

9. Revoga na prática, a legislação decorrente da Constituição de 1988, sobre seguridade social. São atingidas a Lei Orgânica da Saúde (8080/90), a Lei Orgânica e a Lei de Custeios da Previdência Social (8212 e 8213/91) e a Lei Orgânica da Assistência Social (8742/93).

10. Invade a competência de Estados e Municípios, recentraliza o direito de legislação e arrecadação e anistia os Tesouros, Nacional, dos Estados e dos Municípios das responsabilidades decorrentes da IMPREVIDÊNCIA do passado. Comprometendo assim, a tranqüilidade e a segurança dos trabalhadores em geral, mais especificamente dos trabalhadores do Setor Público.

11. Cria odiosa discriminação, em relação às regras de transição, vigência das alterações, restrições novas, para servidores públicos, civis, trabalhadores do setor privado e servidores militares. Introduz idade mínima para quem têm de 1 dia a 34 anos e 11 meses de serviço de modo indiscriminado; sendo esta, regra nova exclusiva para Servidores Civis, e mais grave ***transitória*** *(pode ser aumentada em futuro muito próximo por legislação).*

12. Visa em última instância resolver um problema de caixa do setor público, através de empréstimo (ou será esbulho?) compulsório junto aos trabalhadores para ***viabilizar a regularidade dos compromissos com o Sistema Financeiro Nacional e Internacional.***

Em suma esmaga e intranqüiliza o TRABALHO para dar segurança e tranqüilidade ao CAPITAL.

13. Em 1995 o Tesouro Nacional pagou 12 bilhões de reais de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa; além de ampliá-la de 65 bilhões para 85 bilhões de reais. Esses 32 bilhões de reais correspondem a mais de 2 vezes toda a despesa federal com Saúde, mais de 6 vezes a despesa anual com Educação, etc.

14. Para manter 50 bilhões de dólares de Reservas Cambiais aplicadas à ***5% ao ano****, paga-se internamente juros de* ***2,5% ao mês****. Isto custa mais de 15 bilhões de dólares ao ano, valor que supera a despesa anual da União com todos os aposentados e pensionistas civis e militares. Esses e os servidores ativos são os que legitimam o direito da União arrecadar* ***(mais de 130 bilhões de dólares em 1995)*** *em Impostos, taxas e contribuições sociais e econômicas, como contrapartida, pelos serviços (prestados por quem?) e obras que realiza.*

15. O Poder Público Federal, Estadual e Municipal, com raríssimas exceções, não contribuiu com sua ***parte*** *para a Previdência, criada em 1923 (Lei Eloy Chaves) e ainda se apropriou,* ***quando cobrou****, da contribuição dos empregados e empregadores (as outras duas* ***partes****) usando-a em múltiplas finalidades.*

Agora quer anistiar a ***IMPREVIDÊNCIA*** *do passado alegando a necessidade de estabelecer equilíbrio financeiro e atuarial .*

Porque anistiar a dívida histórica do Setor Público e privado com a Previdência e manter, regiamente remunerada, revigorada e atualíssima a dívida com o Sistema Financeiro?

Dá pra concordar? Descruze os braços! E faça...



COMO ANDAM AS AÇÕES

Em 1992, através de sua assessoria jurídica, a APUBH, patrocinou o ajuizamento de algumas reclamações trabalhistas, com o objetivo de reaver através do judiciário as perdas salariais provocadas pelo Governo Federal, a saber:

• Plano Bresser (gatilho de julho de 1987)
• Plano Verão (URP de fevereiro de 1989)
• Plano Collor (IPC de março de 1990)

Além das ações acima, nesta mesma ocasião foi ajuizada também, outra ação, cujo objeto era a reposição do resíduo de férias.

Hoje decorridos quase 04 (quatro) anos do ajuizamento das ações acima referidas, tem-se o seguinte quadro:

1. resíduo de férias: logo após o ajuizamento desta ação, a UFMG procurou a APUBH, com o objetivo de fazer um acordo. O acordo foi firmado e o pagamento foi creditado diretamente na conta dos professores.

2. Plano Bresser: após ter sumulado a matéria a favor da tese do direito adquirido ao reajuste pelo gatilho salarial de julho de 1987, o TST, após manifestação em contrário do STF a respeito da matéria, reviu seu entendimento e passou a julgar os recursos desfavoravelmente aos trabalhadores. As ações que foram julgadas antes da mudança de entendimento do TST, já foram julgadas procedentes, sendo certo que algumas já foram liquidadas e os valores encontram-se habilitadas através de precatório, outras, encontram-se em fase de apuração dos cálculos. Aquelas que foram julgadas após a mudança de entendimento do TST, tiveram decisão desfavorável aos professores.

3. Plano Verão (URP de fevereiro de 1989): após ter editado o enunciado de no 317, através do qual reconhecia o direito dos trabalhadores em relação à correção da URP de fevereiro de 1989, o TST, mudou de posição, revogou o enunciado 317 e passou a julgar as ações desfavoravelmente.

4. Plano Collor (IPC de março de 1990): no caso do Plano Collor, logo após a sua edição, o STF firmou posição no sentido de que não havia direito adquirido ao reajuste.

No caso dos professores da UFMG, todas as ações, com exceção da encabeçada pela Profª Bernadete Santos Campelo, foram julgadas improcedentes. A ação do grupo da Profa Maria Dolores, foi julgado procedente, entretanto, a UFMG ajuizou uma Ação Rescisória, cujo objetivo é cassar a sentença que julgou procedente a ação, aplicados os Enunciados 83 do TST e 343 do STF impossível seria examinar o mérito das ações rescisórias. Entretanto, o TST, contrariando entendimentos de quase a unanimidade dos juristas bem como de todos os Tribunais Regionais do Trabalho, vem admitindo as ações rescisórias ajuizadas contra ações que já encontravam com sentenças transitadas em julgado por ocasião de sua mudança de entendimento quanto ao direito adquirido do trabalhador. A argumentação para tal absurdo jurídico é a de que tanto a súmula 343 do STF quanto o enunciado 83 do TST, somente possuem aplicação em caso de interpretação de lei e não na interpretação de dispositivo constitucional. Posto desta forma, pode-se concluir que caso não haja uma mudança de entendimento e postura de subserviência dos Tribunais Superiores em relação ao Governo Fernando Henrique, dificilmente sairemos vitoriosos com relação à ações rescisórias ajuizadas pela UFMG.

Por fim, sobre a situação das ações referentes ao expurgo no FGTS, temos a dizer que ainda não foi proferido sentença em nenhuma delas, o que deve ocorrer em breve. Entretanto, em outras ações similares que já tiveram julgamento, o entendimento unânime dos juízes da justiça de BH está sendo no sentido de julgar a ação procedente (dar ganho de causa aos trabalhadores)

28,86% DOS MILITARES

Desde janeiro de 1993, quando os militares receberam este reajuste, posteriormente estendido ao Judiciário e ao Legislativo, que o Movimento Docente tem procurado incorporar este índice aos nossos salários. Agora a APUBH, baseando-se na inconstitucionalidade do tratamento dado aos professores e em sentenças da Justiça Federal de outros Estados, resolveu entrar com uma ação judicial.

Os professores(as) interessados(as) nesta ação poderão encaminhar até o dia 15 de março para a APUBH os seguintes documentos:

• Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) das seguintes páginas:

a) qualificação do professor (incluindo a fotografia)

b) contrato de trabalho feito com a UFMG (local onde consta a data de admissão e a assinatura da UFMG)

obs.: quem não possuir carteira de trabalho anotada pela UFMG, deverá trazer um comprovante de que na ocasião era funcionário do Poder Executivo.

• Cópias repográficas autenticadas dos contra-cheques dos meses de dezembro de 1992, janeiro e fevereiro de 1993.

• Procuração devidamente assinada e com a firma reconhecida

• Contrato de honorários advocatícios, devidamente preenchido e assinado

Os interessados que quiserem maiores informações, podem ligar para a APUBH-UFMG (falar com Fernanda) ou para o advogado Geraldo Marcos Leite de Almeida (fone: 291-9988)

ABONO PECUNIÁRIO

A ANDES-SN garantiu o pagamento do abono de férias. O sindicato teve que impetrar mandado de segurança para obrigar o MARE a pagar o abono pecuniário - extinto pela MP 1195 em 24 de novembro - aos professores que haviam solicitado o benefício com antecedência. Apesar de o mandato da ANDES ter sido feito para toda a categoria, a decisão foi de pagar apenas para os filiados. Novo recurso foi impetrado para garantir um tratamento igualitário a todos os professores.

A PRISÃO POLÍTICA DAS LIDERANÇAS DO MST

O juiz substituto de Pirapozinho não aceitou o pedido de revogação da prisão preventiva de seis lideranças dos sem-terra. Enquanto o FHC negocia a questão com a CUT e com o Movimento dos sem-terra, dizendo que nada pode fazer, os trabalhadores Diolinda Alves de Souza, Laércio Barbosa, Claudemir Cano e Felinto Procópio continuam presos, atualmente em greve de fome, e José Rainha e Márcio Barreto têm ordem de prisão preventiva decretada.

Que estranho país é este, que com tanta terra ociosa, com tantas pessoas morrendo de fome, prende aqueles que querem uma terra para produzir?

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES DA UFMG

Buscando transformar a insatisfação e a indignação individual em uma forma coletiva de manifestação e intervenção, estamos convocando Assembléia.

PAUTA

Informes
Negociação salarial
Reforma da Previdência
Calendário de Mobilização Nacional

LOCAL

Auditório Sônia Viegas, Fafich

DATA

07 de março - 5ª -feira

HORÁRIO

9:30h

IMPRESSO

Todos os documentos citados neste Boletim estão à disposição dos interessados em nossa sede.